

Igreja, religião e ensino elementar antes das leis de laicização européias: um reexame crítico de suas relações¹

Pierre Caspard

Tradução de Maria Helena Camara Bastos

Resumo

Este artigo propõe um reexame do lugar ocupado pela religião no ensino elementar na época moderna, no seu conteúdo, no seu controle, nas suas grandes finalidades e nos seus objetivos pedagógicos concretos. A reflexão diz respeito a um caso específico: o das escolas de vilas de um cantão suíço, francófono e de religião reformada (calvinista), estudadas do século XVI ao século XIX. Mostra uma grande imbricação dos aspectos religiosos e laicos nesse ensino e um crescimento muito antigo da importância dos segundos, bem antes das leis de laicização da metade do século XIX, que terão, sobretudo, por objetivo a fundação da República baseada em uma noção ampla de cidadania. Essa conclusão poderia se estender de forma mais extensiva, apesar de certas especificidades, aos países católicos ou luteranos da Europa moderna.

Palavras-chave: Religião, Laicidade, Suíça, Estado, Igreja, Época Moderna, Pedagogia cristã, Aprendizagens elementares, Racionalismo, Humanismo

Resume

Cet article propose un réexamen de la place tenue par la religion dans l'enseignement élémentaire à l'époque moderne, dans son contenu, son contrôle, ses grandes finalités et ses objectifs pédagogiques concrets. La réflexion porte sur un cas précis: celui des écoles villageoises d'un canton suisse, francophone et de religion réformée (calviniste), étudiées du XVI^e au XIX^e siècle. Elle montre une imbrication forte des aspects religieux et laïcs dans cet enseignement et un accroissement très ancien de l'importance des seconds, bien avant les lois de laïcisation du milieu du XIX^e siècle, qui auront surtout pour but de fonder la République sur une notion de citoyenneté élargie. Cette conclusion pourrait largement s'étendre, malgré certaines spécificités, aux pays catholiques ou luthériens de l'Europe moderne.

Mots clés: Religion – Laïcité – Suisse – Etat – Eglise – Epoque moderne – Pédagogie chrétienne – Apprentissages élémentaires – Rationalisme – Humanisme.

¹ Título original “Eglise, religion et enseignement élémentaire avant les lois de laïcisation européennes: un réexamen critique de leurs rapports”. Autorizado especialmente pelo autor para publicação nesta revista.

A reflexão sobre a educação e sua história é naturalmente binária. Avança antagonismos frontais, princípios inconciliáveis, rupturas heróicas. A religião encontrou-se assim colocada no centro dos esquemas de interpretação da educação, em dois momentos de sua história comum. No século XVI, a Reforma, seguida da Contra-Reforma em países católicos, é considerada como o acontecimento fundador de um ensino elementar de massa. “Os protestantes aprenderam a ler a partir de Calvin”, pode-se escrever para sublinhar a profundidade dessa ruptura². No século XIX, ao contrário, os governantes dos Estados laicos ou republicanos atribuíram massivamente à organização religiosa sobre o ensino popular a causa de seus atrasos e insuficiências: cabia de agora em diante às leis de laicização passar a escola da sombra para a luz.

País de confissão majoritariamente reformada, o cantão suíço de Neuchâtel é objeto, em ambos momentos, de discursos realmente conformados. Vejamos o que Aimé Humbert, primeiro diretor de Educação Pública do governo radical estabelecido pela Revolução de março de 1848, diz ao apresentar seu projeto de lei sobre a instrução pública, que será votado em março de 1850. Ele enuncia inicialmente, como uma evidência histórica, que a Reforma deu um “elã salutar” às escolas, “rompendo os entraves de Roma, permitindo a todos os cristãos a leitura das Sagradas Escrituras”; mas continua afirmando que essas escolas, criadas com um objetivo de puro doutrinamento religioso, somente habituavam os alunos “a recitar sem compreender, a falar sem refletir, a aprender para esquecer, sem nenhum aproveitamento para o desenvolvimento de seu julgamento, e menos ainda para sua memória, que tinha sido cansada, atordoada”³. O governo republicano podia colocar, enfim e pela primeira vez, a razão das crianças no centro da instrução elementar.

Esse discurso, de alguma maneira dá início à vulgata que é ainda hoje prenha⁴, mas que merece um sério reexame. Nossa intenção é

² Furet F., Ozouf J.: Lire et écrire. L’alphabétisation des Français de Calvin à Jules Ferry. Paris 1977, 2 vol.

³ Bulletin officiel des délibérations du Grand Conseil, 21 novembre 1849. Em sua ação como Diretor da Educação Pública, A. Humbert testemunha um espírito infinitivamente mais pragmático e matizado que possa supor o manequeísmo de seu discurso.

⁴ Por exemplo: “Os alunos são habituados a repetir, copiar e recitar sem nenhum raciocínio”. Schwitzguébel-Leroy A.: Le système scolaire neuchâtelois vers la fin de l’Ancien Régime. In: Histoire de l’université de Neuchâtel, t.1 Hauterive, 1988, pp. 40-41; ou ainda para a Suíça em seu conjunto: Capitani F. de: “A Igreja vê no ensino elementar o melhor meio de manter a ortodoxia na população [...]. Aprendem de memória, a compreensão dos textos é secundária”. In: Nouvelle histoire de la Suisse et des Suisses, t.2. Lausanne 1983, p. 145. O estudo citado de A. Schwitzguébel-Leroy oferece uma excelente apresentação do sistema escolar de Neuchâtel

mostrar que o papel da religião no ensino, antes de sua laicização por via legislativa, é objeto de uma tríplice distorção na memória e na história da educação. Essas distorções superestimaram o papel da instituição religiosa na impulsão e no controle do ensino, como na definição de seu conteúdo. Menosprezam os princípios e os objetivos da pedagogia adotados nas escolas elementares. Subestimam, enfim, as profundas transformações ocorridas bem acima das leis escolares que balizaram o século XIX. Esse reexame será operado o mais próximo possível do terreno escolar, pela análise do funcionamento efetivo das escolas e do papel dos principais protagonistas do ensino dispensado durante três séculos. A questão das relações entre sagrado e secular poderá assim aparecer de uma maneira diferente da sua quando abordada unicamente no terreno dos princípios, das doutrinas e das idéias, onde os protagonistas da história se situam o mais freqüentemente para justificar sua ação.

1 A Reforma, a Igreja e os Pastores

As exigências formuladas pela Reforma em matéria de instrução das crianças são bem conhecidas⁵. Desde o século XII, a Igreja tinha repousado a fé em um conhecimento intelectual, que devia ser então objeto de um ensino. Os reformadores aumentaram essa exigência incluindo a leitura pessoal da Bíblia, o que induzia um ideal de domínio generalizado da leitura pelos cristãos. Este objetivo se encontra de forma plena nas *Ordonnances ecclésiastiques* de Neuchâtel, de 1564, que recomendam a todos os pais e mães que instruem seus filhos para que possam motivar sua fé, e preconizam para tal a criação de escolas⁶.

Não podemos, no entanto, limitar-nos a deduzir a afirmação de um princípio a evolução que posteriormente conhecerá a instrução das crianças. O ideal afirmado pela Reforma foi de fato atingido muito progressivamente. Até o fim do século XVII, numerosas crianças foram admitidas à comunhão, sacramento ao qual acendiam somente na idade

nos anos de 1830-1840, incluindo desenvolvimentos sobre as posições oficiais da Classe dos Pastores concernente ao ensino.

⁵ Em uma abundante bibliografia, uma das obras de referência em língua francesa é: Chartier R., Compère M.M., Julia D.: *L'éducation en France, du XVI^e au XVIII^e siècle*. Paris 1976, bem como o capítulo consagrado por D. Julia à "Une catéchisation de masse" in: Becchi E., Julia D. (Dir): *Histoire de l'enfance en Occident de l'Antiquité au XVII^e siècle*, Paris 1998.

⁶ Boyve J.: *Annales historiques du comté de Neuchâtel et Valangin*, Berne et Neuchâtel 1854-1859, Vol. 2, p. 123-124.

aproximada de 16 ou 17 anos⁷, em Neuchâtel, sem o domínio da leitura de textos tão difíceis quanto o Antigo e o Novo Testamento. Os primeiros casos confirmados de recusa ostensiva contrária à admissão de crianças por causa do iletrismo, por parte de um pastor, não são encontrados senão no início do século XVIII, multiplicando-se posteriormente⁸. Isso conduz, não à diminuição da importância dos ideais educativos formulados de início, mas à obrigação de compreender o ritmo e as modalidades com que foram concretamente atingidos.

Deste ponto de vista, convém questionar inicialmente o papel da Igreja de Neuchâtel como instituição. Sua história é bem conhecida, marcada por alguns tempos fortes como a ação de Guillaume Farel, companheiro próximo de Calvino, a de Jean-Frédéric Ostervald, teólogo reputado em toda a Europa no século XVIII, depois, mais anedóticos, mas fortemente mediatizadas, as alterações de Jean-Jacques Rousseau com a Venerável Classe dos Pastores⁹. Em um principado que, da Idade Média a 1848, teve uma grande independência, ao mesmo tempo em relação aos seus príncipes (franceses ou prussianos) e em relação a Confederação helvética, a Classe dos Pastores, cujo decano é um *primus inter pares*, desempenhou um papel de corporação que defendia os interesses materiais e morais de seus membros, face ao Estado e às comunas, tentados a ignorar seus direitos e prerrogativas ou usurpá-los. Também defendeu uma certa ortodoxia doutrinal, regulou a formação, o recrutamento e a carreira de seus membros, unificou a liturgia, resolveu ou deu um parecer sobre as questões pastorais relativas às paróquias e manteve, enfim, relações intelectuais com outras Igrejas protestantes, especialmente as de Genebra, Berna, Bâle (Suíça) e Montbéliard (França).

No domínio escolar, a intervenção a mais recorrente da Classe dos Pastores diz respeito ao controle que exerce, ou pretende exercer, sobre a nomeação dos regentes. Mas, enquanto que, nos primeiros tempos da Reforma, esses eram muitas vezes eles próprios pastores ou diáconos, a função foi totalmente laicizada durante o século XVII, o poder de nomeação

⁷ Caspard P.: Examen de soi-même, examen public, examen d'Etat. De l'admission à la Sainte-Cène aux certificats de fin d'études, XVI^e-XIX^e siècles. In: Histoire de l'éducation, mai 2002, p. 17-74.

⁸ Em 1731, o pastor de Verrières escreve "que não depende de mim não receber as crianças para comungar enquanto não souberem ler", e só aceita efetivamente algumas condicionalmente. Cf. Caspard P., art.cit, p. 56.

⁹ Robert, M., Hammann G.: L'Eglise dans la société d'Ancien Régime. In: Histoire du Pays de Neuchâtel Hauterive 1991, t. 2. De la Réforme à 1815, p. 271-315. Hammann G.: Eglises et communautés religieuses. In: Histoire du Pays de Neuchâtel Hauterive 1993, t. 3 De 1815 à nos jours, p. 219-255.

voltou às comunas que pagavam seus salários. A aprovação da Classe era igualmente necessária, em razão das funções da Igreja que eram exercidas, aliás, pelos regentes (ler a Bíblia e dirigir o canto no templo, recitar as preces em certas circunstâncias). Mas as comunas sustentavam que, para a regência da escola *stricto sensu*, elas tinham liberdade total para recrutar ou para demitir quem desejassem. Casos de conflito chegavam de tempos em tempos à Classe, que apelava eventualmente ao Conselho de Estado de Neuchâtel, cujos pareceres iam preferencialmente no sentido do direito das comunas¹⁰.

Isso não impedia as autoridades comunais de trabalhar, na grande maioria dos casos, em harmonia com o pastor do lugar, o consultor das questões escolares e associando às visitas anuais à sua escola onde desempenhava seguidamente o papel de examinador. Mas, diferentemente dos países católicos ou luteranos, a Classe não exercia, como instituição, nenhuma autoridade hierárquica sobre o andamento das escolas, principalmente não tinha nenhum direito de visita, de inspeção nem mesmo de simples informação.

É, portanto, o contexto das comunas e das paróquias, campo de ação dos pastores, que aparece como o mais pertinente para uma análise do papel desempenhado pela Igreja no desenvolvimento da instrução elementar. Desse ponto de vista, a Reforma efetivamente marcou uma ruptura que, em diversos aspectos, teve incidências maiores na educação.

A primeira foi, a partir de então, a profunda inserção dos pastores em seu meio. Antes da Reforma, os padres de Neuchâtel estavam seguidamente ausentes e, em muitos casos, não havia nem mesmo vigário para atender sua paróquia¹¹. Eles dependiam de uma autoridade hierárquica distante, os bispos de Lausanne ou de Besançon, que visitavam raramente sua diocese. A Reforma mudou essa situação. A partir de agora, o pastor reside na sua paróquia, de onde só pode ausentar-se excepcionalmente ou por motivo justificável. Ele é apoiado por um Conselho dos Anciãos, eleito pelos paroquianos, e não há mais superior hierárquico, exceto a autoridade coletiva da Classe, da qual é membro. A antiga função do clérigo de ensinar se encontra pois assegurada por uma maior interação com a população; essa interação funcionando, é essencial sublinhar, em um duplo sentido. O pastor, apoiado nos Anciãos, pode promover de forma mais eficaz a instrução na sua paróquia¹². Mas, inversamente, os paroquianos podem

¹⁰ Archives de l'Etat de Neuchâtel (AEN): Actes de la Classe, XVII^e-XIX^e siècles.

¹¹ Quadroni, D.: L'Eglise dans la société médiévale. In: Histoire du Pays de Neuchâtel Hauterive 1989, t. 1 De la préhistoire au Moyen Age, p. 243-262.

¹² No exemplo citado na nota 8, o pastor tem o cuidado de precisar que suas exigências "receberam o consentimento dos Anciãos, de forma unânime".

exigir que ele não perca seu interesse por essa função, que não é necessariamente considerada por cada pastor como a mais gratificante, se comparada à prédica, ao acolhimento dos pensionistas ou às atividades literárias, teológicas, científicas ou corporativas nas quais não é raro se investirem.

Desde o fim do século XVII, temos o exemplo de muitas paróquias que cobram dos seus pastores suas tarefas de instrução, dispensando-os de alguns sermões anuais em benefício de horas de catecismo suplementares, contabilizando com desconfiança as que são realmente efetuadas, para ver se o cômputo é bom, ou solicitando lhes lembrar, com mais firmeza, as suas obrigações educativas às famílias obstinadas¹³. No final do século XVIII, os pastores dedicam assim, anualmente, mais de uma centena de horas ao catecismo e à preparação de catecúmenos à confirmação, bem mais que a predicação no templo.

Uma segunda ruptura induzida pela Reforma concerne ao estatuto matrimonial dos padres. Que não sejam mais obrigados ao celibato ou a uma concubinação vergonhosa diz respeito à educação de várias maneiras. O fato dos pastores terem, a partir de agora, o encargo de uma família, às vezes numerosa, incita-os, para atendê-la, a exercer atividades complementares a suas funções pastorais, visto que a secularização dos bens da Igreja amputou as rendas atribuídas às paróquias. Segundo o pastor Frêne, que escreveu, no fim do século XVIII, que ele não era pastor “senão durante um quarto do meu tempo”¹⁴, proporção sem dúvida próxima a de muitos outros pastores que deixaram ou não testemunhos de seu emprego de tempo. Ora, a principal dessas atividades complementares é o ensino dado de forma privada, através de lições particulares, de acolhimento de pensionistas, até mesmo a organização de verdadeiros pensionatos. Esse ensino excede em muito o da religião ou do catecismo, para abordar um grande leque de matérias profanas. A atividade de ensinar pode, aliás, ser exercida de forma bem mais eficaz pois as esposas dos pastores, e até mesmo uma ou outra de suas filhas, podiam ajudá-los, segundo uma prática realmente corrente na época moderna, incluindo aqui os regentes encarregados do ensino comunal¹⁵.

Embora, antigamente presente nas polêmicas anticatólicas, podemos reconhecer também uma parte de verdade na idéia segundo a qual

¹³ Caspard P.: art.cit.

¹⁴ Frêne T.-R.: Journal de ma vie. Ed. par A. Bandelier, Porrentruy et Bienne 1993.

¹⁵ É, por exemplo, o caso de um dos primeiros grandes pensionatos, fundado pelo pastor de Montmollin após a década de 1740. Sobre o papel das esposas de regentes, ver: Caspard P.: La maîtresse cachée. Aux origines de l’institutrice publique, 1650-1850. In: Annales Pestalozzi, 3, à paraître.

ser casado e chefe de família dá aos pastores uma sensibilidade mais fina às questões educativas, e uma maior familiaridade com a experiência de seus paroquianos nesse domínio, particularmente no que se refere à educação das meninas. Deste ponto de vista, não se constata em Neuchâtel nenhum traço de neurose sexual tão presente nos discursos – senão nas práticas – católicas em matéria de co-educação dos sexos, o que manifestadamente contribuiu a dar às meninas um nível de instrução não muito distante daquele conferido aos meninos, até mesmo superior em certas áreas¹⁶.

Em última análise, a participação dos pastores na função de professores é múltipla. Na própria idéia dos reformadores – Lutero, Calvino, Farel – a escola elementar não era senão uma instituição educativa entre outras, mas particularmente destinada às crianças cujos pais não tinham competência ou tempo necessário para instruí-las eles mesmos, a primeira dessas condições agindo menos devido ao elevado nível de instrução da população. De fato, o dispositivo da instrução oferecido às famílias, mesmo modestas, não cessou de ampliar-se com o tempo. No século XVIII, compreendia, ao lado da escola e da igreja, diversas formas de pensão familiar, em Neuchâtel mesmo ou no exterior, lições e cursos particulares sobre diversas matérias e, enfim, práticas de autodidática ou de instrução familiar e doméstica¹⁷.

Em um dispositivo tão variado, a ação do pastor era ela mesma multiforme. A catequese era seu campo reservado, mas a leitura (comentada) da Bíblia, as orações, o canto dos salmos, a prolongavam até a escola e a família. Inversamente, o pastor participava de diversas maneiras do ensino das matérias profanas, com suas próprias crianças, seus pensionistas, ministrando aulas particulares ou pela sua competência na escola pública do lugar. Daí essa grande imbricação de ensino profano e religioso dado pelo pastor ou marcados por sua intervenção. Da Reforma às leis de laicização, um dos seus símbolos foi o exame condicionando a admissão dos alunos à ratificação da promessa de batismo e comunhão. Esse exame verificava tudo ao mesmo tempo, a instrução religiosa das crianças e um certo número de competências intelectuais: ler, compreender, memorizar, reformular, induzir e deduzir... As próprias modalidades do

¹⁶ Assim, em 1853, entre 10.600 meninos e meninas, o desempenho das meninas é um pouco melhor em leitura e em escrita, muito melhor em ortografia, em resumos de leitura e em composição francesa. Fonte: AEN, D.I.P. Rapport du Département de l'Instruction publique, 1853.

¹⁷ Caspard P.: Pourquoi on a envie d'apprendre. L'autodidaxie ordinaire à Neuchâtel, XVI^e-XIX^e siècles, in: Histoire de l'éducation, mai 1996, p. 65-110; Id: Les changes linguistiques d'adolescents. Une pratique éducative, XVII^e-XIX^e siècles. In: Revue historique neuchâteloise, janvier 2000, p. 5-85.

exame não colocavam em confronto dois atores, mas três: o pastor que examina os catecúmenos no templo, as crianças que eram examinadas, mas também os paroquianos, vindos em massa para avaliar, ao mesmo tempo, as performances dos jovens da vila no momento em que eles se preparavam para tornarem-se “adultos”, e a maneira com que o pastor desempenhava sua missão de instrução. Esta convergência de finalidades, laicas e sacras, em um exame que era um rito de passagem social, abrindo-se para um sacramento maior da religião cristã, leva a interrogar mais detalhadamente o ensino dispensado nas escolas elementares.

2 A instrução religiosa e sua pedagogia

Que o ensino ministrado nas escolas comunais – protestantes ou católicas – do Antigo Regime tinha um conteúdo e finalidades essencialmente religiosas está gravado em uma vulgata particularmente compacta, que preconiza que seja o regente de escola somente o “auxiliar” do pastor ou do padre, que exerça sua função sob a “fêrula” da Igreja, que o ensino que ele ministra vise essencialmente a formação de “bons cristãos”¹⁸, que os métodos empregados (ditos catequéticos) visem restituir, sem discussão, as verdades da fé. É sobre essa vulgata que Aimé Humbert se referiu em seu discurso de 1849, e que percorre, ainda hoje, uma boa parte da historiografia. Isso conduz à interrogação sucessiva sobre os conteúdos, os objetivos e os métodos do ensino elementar.

a) Os conteúdos

Os conteúdos do ensino elementar são determinados pelas comunas, soberanas nesse campo como nos outros aspectos das questões escolares. Os programas são periodicamente rediscutidos, enriquecidos ou definidos, e às vezes apresentados por escrito¹⁹, após serem discutidos e votados em assembléia dos habitantes da comuna. O pastor é naturalmente associado à reflexão sobre o programa de ensino, menos para garantir o

¹⁸ Visão levada aos extremos limites quando explica a presença do cálculo no currículo pelo fato de que “todo bom cristão reformado deve conhecer os rudimentos para administrar seus bens conforme os mandamentos de Deus”...! Hammann G., *L’Eglise...*, art.cit., p. 227.

¹⁹ Caspard P.: Une source de l’histoire du temps scolaire à l’époque moderne: les règlements d’écoles. In: Compère M.M. (Dir.): *Histoire du temps scolaire en Europe*. Paris 1997, p. 241-254.

espaço da religião, que pouco contestadas, do que em razão de seu alto nível de instrução, e que o torna um especialista apreciado e dedicado.

Mas avaliar a parte do conteúdo religioso nos programas é mais complexo do que parece. Se considerarmos os diferentes ramos de ensino apresentados, total ou em parte, no currículo das escolas comunais, na primeira metade do século XIX²⁰, é possível distinguir entre eles três grupos, desse ponto de vista. Inicialmente, aparece o que a lei de março de 1850 chama de “ensino religioso propriamente dito”, isto é, as verdades da fé, tais como contidas e apresentadas nos diferentes catecismos em uso, de livre escolha de cada paróquia. A partir dos anos 1730, é o catecismo de J. F. Ostervald que será o mais divulgado, sem ser no entanto o único²¹. A religião está igualmente presente em um conjunto de outras aprendizagens, as quais fornecem tudo ou parte da matéria e do conteúdo. É o caso da leitura feita das *Passagens extraídas do Novo Testamento*²², o texto integral do *Antigo* e sobretudo do *Novo Testamento*; da recitação, dita também memorização ou “decorada”, em que o *Catecismo* e as *Passagens* serão solicitadas até a metade do século XIX, até mesmo depois; do canto, em que os *Salmos de Davi* e os *Cânticos* fornecem o essencial da matéria; da história sagrada, eventualmente acompanhada da geografia sagrada (da Palestina). Os exercícios de escrita e de cópia, enfim, dizem respeito seguidamente a textos piedosos ou morais. Ao contrário, a religião está totalmente ausente de uma terceira categoria de ensinamentos: o cálculo, a aritmética, a ortografia, a gramática, o desenho, o alemão, a escrituração comercial, os trabalhos de agulha para as moças, a história e a geografia do cantão, da Suíça, da Europa (que pode, entretanto, incluir a história da Reforma) e do mundo, bem como a composição francesa, cujos assuntos são sempre profanos, as vezes morais, mas sem abordar as questões de fé ou de dogma.

Esse currículo só é ensinado de forma completa nas vilas maiores, nas outras se restringem às matérias principais. Mas o movimento geral de enriquecimento do currículo elementar desde a Reforma é de fato destacável: enquanto no século XVI, ele ainda se centra na religião, na

²⁰ Caspard P., Examen..., art.cit., p. 28: Tableau de l'enseignement religieux dans le curriculum des écoles communales, 1601-1828.

²¹ Barthel P.: Jean-Frédéric Ostervald l'Européen, 1663-1747. Novateur neuchâtelois. Genève 2001.

²² Ostervald J.F.: Recueil des passages du Nouveau Testament. Qui servent à établir les vérités et les devoirs de la religion chrétienne. Neuchâtel 1734. Essa pequena obra tão famosa e divulgada que jamais foi chamada de outra maneira que sob o nome de Passagens.

leitura e no canto²³; a partir do século XVII, acrescenta-se a escrita, a aritmética e a ortografia; depois, durante o século XVIII, a gramática, a geografia, a história, a análise gramatical e o desenho, e enfim, na primeira metade do século XIX, as outras matérias listadas acima. A lei de março de 1850, que impõe pela primeira vez um programa obrigatório de instrução elementar a todas as comunas do país, repetirá essa lista, acrescentando a instrução cívica, e reduzindo pois o ensino religioso “propriamente dito”, confiado ao único pastor, sem que possa ser imposto aos professores elementares²⁴. Essa última medida suscitou naturalmente a oposição de uma parte da Classe dos Pastores, mas admitia-se que resultava de um processo de marginalização do ensino religioso no currículo da escola elementar, resultado natural de seu contínuo enriquecimento há três séculos.

b) As grandes finalidades do ensino

O enriquecimento do currículo jamais suscitou uma franca oposição por parte da Classe e dos pastores, mesmo se alguns dentre eles, politicamente conservadores, pudessem julgar que se dispensava às crianças um ensino “acima de suas condições”. Mas o sentimento mais expresso era a satisfação diante “da extensão tomada quase por toda a parte pelo campo do ensino”, a constatação que “as escolas continuam a avançar na rota onde entraram, a desenvolver e estender o campo de seus estudos”²⁵.

Esse amplo consenso entre a Igreja e as famílias repousava sobre uma adesão partilhada em duas grandes finalidades simultaneamente atribuídas à instrução. A primeira era que a criança possa tornar-se cristã “por conhecimento e por escolha”, pois a fé não se transmite e o batismo, por si só, não torna ninguém cristão. Tornar-se cristão resulta portanto de um ato individual, efetuado com toda autonomia por uma criança que deve ser beneficiada, para isso, com a instrução necessária. A segunda finalidade era de permitir à criança tornar-se, por sua instrução, “útil para si mesma e para a sociedade”. De essência laica, esse princípio se encontra também nas injunções paternas como nos escritos dos reformadores, como de Guillaume Farel que proclama, em 1534, “seja qual for o estado em que homem se encontre, a ciência e o conhecimento de muitas coisas lhe

²³ Cf. o regulamento da escola de Saint-Blaise em 1619, publicado em Caspard P.: Une source..., art.cit., p. 250-252.

²⁴ Segundo a lei de março de 1850; a de junho de 1861 a reintroduz nos programas, mas torna-se facultativa após a lei de 1872.

²⁵ AEN, D.I.P. 1, Rapports sur l'éducation publique de 1844 et 1845.

servirá”²⁶, o que não representa senão uma expressão do ideal humanista e enciclopédico da Renascença. No primeiro lugar desses conhecimentos úteis vem certamente a leitura, mas está longe de ser considerada somente como uma ferramenta que dá acesso a um conhecimento pessoal das Escrituras; ela abre também, e indissociavelmente, a todas as “ciências e conhecimentos” úteis ao homem em sua vida social, portanto à própria sociedade. A conjunção dessas duas finalidades explica que o enriquecimento do currículo das escolas elementares, do século XVI ao século XIX, não suscitou antagonismos maiores entre seus componentes laicos e religiosos. A religião, aliás, ali conservou seu lugar, de maneira absoluta, senão relativa.

c) A pedagogia, entre memória e julgamento

A pedagogia adotada nas escolas elementares do Antigo Regime foi seguidamente reduzida à forma catequética, isto é, a um encadeamento de perguntas e respostas a serem citadas de cor. De fato, o lugar dos procedimentos de catequese é bem reconhecido. O próprio Calvino deu um dos primeiros exemplos disso no seu *Catecismo* de 1543²⁷, apressadamente redigido e julgado rapidamente de maneira descuidada; em Neuchâtel, ele sofreu logo a concorrência de outros²⁸. Nas matérias profanas, essa forma de catecismo pôde igualmente ser adotada, por exemplo, nos manuais de geografia em uso no fim do século XVIII²⁹. De maneira mais geral, as sociedades antigas, e, portanto, suas escolas, davam uma importância real à memória, à recitação, ao aprender “de cor”, mas dá-se uma visão excessivamente reduzida desse interesse, quando concluímos que as crianças eram levadas a “repetir sem compreender”.

Compreender o conteúdo de um texto é, evidentemente e bem ao contrário, o centro de uma injunção feita à criança de “explicar a razão” de sua fé, seja qual for, por outro lado, a capacidade que realmente é sua de satisfazer a um exercício tão difícil. Calvino dá – entre muitos outros – o exemplo dos tesouros pródigos da pedagogia para fazer compreender um certo capítulo do seu catecismo³⁰. Théodore de Bèze solicita que os alunos

²⁶ Farel G.: *Sommaire et brève déclaration*, 1534. Réed. Neuchâtel, 1980.

²⁷ Calvin J.: *Le catéchisme de l’Eglise de Genève*, 1542.

²⁸ Vuilleumier H.: *Notice historique sur les catéchismes qui ont été en usage dans l’Eglise du pays de Vaud depuis le temps de la Réformation*, Lausanne 1888.

²⁹ Ostervald S.F.: *Cours élémentaire de géographie ancienne et moderne et de sphère*, par demandes et réponses. Neuchâtel, 1^{ère} éd: 1757, 10^e éd: 1800.

³⁰ Calvin J.: *Deux congrégations et exposition du catéchisme*, Genève 1563, réed. Paris, 1964.

aprendam e cantem os *Salmos* que traduziu com inteligência, “como homens”, e não somente de memória, “como pássaros”³¹. Tais testemunhos são inúmeros, podem até mesmo serem encontrados em escritos de modestos habitantes de vilas que lembram de forma sábia, em 1802: “Por que aprendemos? Não é para reter palavras, é para melhor compreender”³².

Essa exigência de compreensão se encontra tanto nas matérias profanas quanto nas religiosas, o exercício do “juízo” e da “inteligência” são enaltecidos de forma similar em todo o ensino elementar. A pedagogia das Luzes, que tende privilegiar o ensino “por princípios” em relação ao ensino “por rotina” acentua ainda essa exigência, favorecendo a invenção de procedimentos ou de exercícios identificados com uma aprendizagem mais dedutiva: a popularidade da gramática testemunha isso e sua introdução massiva nas escolas das vilas de Neuchâtel onde, desde o início do século XIX, está presente em quase metade dos programas³³.

A importância dada a essa pedagogia da compreensão pode ser sistematicamente avaliada através do balanço da visita de inspeção a que se submete o conjunto de escolas de Neuchâtel – em torno de 250 – no final do ano escolar de 1850-51; isto é, o último que viu essas escolas funcionarem, no essencial, segundo as modalidades do “Antigo regime escolar”, como começou-se então a denominá-lo³⁴. Os relatórios dos comissários do governo enviados para prestar contas ao Departamento de Educação pública, não podem ser julgados excessivamente indulgentes com o Antigo Regime, pois seus autores foram todos escolhidos entre os simpatizantes da República. Eles dão uma imagem interessante dos princípios pedagógicos aplicados pelos regentes e dos objetivos que os comissários julgaram atingidos, ou não, em cada uma das matérias ensinadas, sejam elas profanas ou religiosas.

O critério que a maioria dos relatórios coloca em destaque é a maneira pela qual os alunos testemunham sua inteligência, seu juízo, sua capacidade de raciocinar, seja quando do exame ou dos seus trabalhos ao longo do ano, que mostram aos examinadores no dia de visita. Isso é válido para a grande maioria das matérias ensinadas e examinadas: leitura, gramática, análise, aritmética, geografia, história, recitação, composição francesa. Em todas essas matérias, incluindo a história sagrada e a recitação,

³¹ Cité dans Caspard P.: Examen..., art.cit., p. 27.

³² Ibid, p. 44.

³³ Caspard P.: L'orthographe et la dictée: problèmes de périodisation d'un apprentissage, XVII^e - XIX^e siècles. In: Le Cartable de Cléo, Lausanne 2004, p. 255-264.

³⁴ AEN, DIP 25 IX à XIII: Rapports des commissaires du gouvernement sur les visites des écoles en 1851.

quando dizem respeito aos textos religiosos, se reencontra a oposição entre a memorização e a verdadeira compreensão, a primeira sendo totalmente estigmatizada quando não acompanhada da segunda. Só escapam a esse critério a escrita, os trabalhos de agulha, o desenho e o canto, que são julgados a partir das qualidades de cuidado, de elegância ou de exatidão, cujos autores testemunham.

Ao contrário, o critério de compreensão vale também para as provas de religião, quando essa matéria consta do exame³⁵. São desprezadas pelos comissários, as respostas dadas de cor, sem julgamento, o espetáculo lamentável “dos alunos que recitam sua religião como papagaios, que demonstram nada compreender”, dando assim a impressão que, para o pastor que os instruiu e os interroga, a religião é “simplesmente uma questão de memória, e não de ciência”. Esse último termo mostra que, para os comissários, a religião não é uma matéria totalmente à parte, que deve ser ensinada exigindo da criança o mesmo exercício de julgamento e de reflexão das demais matérias profanas e, isso, mesmo se envolver “sentimento, coração, convicção”, qualidades igualmente apreciadas nas respostas dos alunos.

Resumindo, podemos dizer que os comissários estão satisfeitos com a pedagogia cujos efeitos observam nas escolas, sendo que em torno da metade dessas são julgadas sob esse ponto de vista de boas a excelentes, as outras estão divididas igualmente entre médias ou medíocres, e fracas ou nulas³⁶. Sua satisfação é menor para o exame da religião do que para as outras matérias, mas transparece freqüentemente, como julga este comissário “interessante ouvir as crianças deduzirem com muita propriedade as conseqüências práticas que se pode tirar de um grande número de fatos contados no Livro Divino”.

A República de Neuchâtel fez da modernização do sistema escolar um dos seus objetivos maiores. A laicização do conteúdo de ensino, tal qual, não constitui senão uma parte secundária dessa política. Confiar o ensino religioso “propriamente dito” ao único pastor, fora do programa de ensino obrigatório assegurado pelos professores primários, só prolongava

³⁵ A lei de março de 1850 prevê que um exame e um relatório especial sejam feitos pelos pastores e enviados ao DEP, mas as práticas são ainda hesitantes, e a prova de religião continua muitas vezes a figurar no exame geral.

³⁶ Caspard P.: Etude à paraître.

uma evolução anterior; o secretário da Classe reconhecia, alguns anos antes, que não resultava de um grande propósito, mas de uma infinidade de vontades particulares”³⁷. Sob o mesmo impulso, o currículo continua a se enriquecer, suscitando em 1854 a criação oficial de um ensino primário superior ou secundário moderno, já existente de fato, ao passo que a multiplicação e a diversificação dos exercícios escolares contribuam bem mais à atividade reflexiva dos alunos.

A ruptura a mais significativa visada pela política de modernização da escola residiu fundamentalmente na vontade dos republicanos em resolver o problema político criado pela evolução demográfica e sociocultural do país³⁸. A partir do século XVIII, aumentou em todo o cantão a presença de minorias religiosas, católicas, judaicas, dissidentes. Ao contrário, as corporações comunais, que tinham se fechado no século XVI, pretendiam conservar a total direção de suas escolas, porém, muitas delas agora eram freqüentadas por uma maioria de crianças de origem simples, de confissões diversas, e privadas dos direitos cívicos. Os republicanos se propuseram então como objetivo minorar ou suprimir o papel dos corpos intermediários (Igrejas, comunas) para privilegiar o debate de dois atores: o Estado e o cidadão³⁹.

No ensino, a Pátria – com seus dois níveis, o cantão de Neuchâtel e a Confederação Helvética – torna-se assim a nova figura do coletivo, que cada cidadão devia conhecer e amar, e especialmente o futuro cidadão: o Aluno, figura também nova da criança escolarizada. É por isso que foi introduzido o ensino da instrução cívica, acrescido do da história e da geografia do cantão e da Confederação; enquanto que os novos livros de leitura ofereciam paisagens, riquezas e heróis do país para serem admirados, e que os cantos populares ou patrióticos (como *Ranz des vaches*, cantado em dialeto) permitiam aos alunos manifestar o entusiasmo que lhes inspiravam. Em um contexto europeu de aumento dos nacionalismos, a laicização da escola de Neuchâtel se caracteriza menos como uma vitória frontal sobre a religião ou a Igreja nacional, do que como o adiantamento,

³⁷ AEN, Actes de la Classe, Rapport du 18 février 1846.

³⁸ Caspard P.: “Reflektieren Spiegel? Bausteine zu einer vergleichenden Betrachtung der unentgeltlichen und entkonfessionalisierten Pflichtschule in Frankreich und in der Schweiz” in: Criblez L., Hofstetter R., Magnin C. (Dir.): Eine Schule für die Demokratie. Berne, P. Lang, 1999, p. 433-454.

³⁹ Sobre os problemas institucionais e políticos analisados em longa duração como em curta duração nos anos fundadores da República, ver dois números especiais da Revue historique neuchâteloise: Des chartes de franchise à la nouvelle constitution: une histoire des institutions neuchâteloises, juillet 2002, et Révolution neuchâteloise, 1848-1998, juillet 1998, ainsi que Christ T., Riard S.: Du réduit communal à l’espace national. Le statut des étrangers dans le canton de Neuchâtel, 1750-1914. Hauterive 2000.

aliás parcial e negociado, de muitas autoridades locais e fragmentadas, buscando uma autoridade central única, isto é, como um alargamento das formas antigas do *laos*⁴⁰.

Pierre Caspard é diretor e pesquisador do Service d'Histoire de l'éducation / Institut National de Recherche Pédagogique – França.

Maria Helena Camara Bastos é Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Pesquisadora do CNPQ.

Recebido em: 15/01/2006

Aceito em: 20/02/2006

⁴⁰ *Laos* = Povo (Nota da tradutora)